

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 826 -  
RN (2018/0116827-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**REQUERENTE : MARIA AUXILIADORA AVELINO**  
**ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO E OUTRO(S) - RN005291**  
**REQUERIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, suscitado por Maria Auxiliadora Avelino, com amparo no art 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado (e-STJ, fl. 283).

A parte requerente sustenta que a decisão impugnada divergiu do entendimento adotado por esta Corte em tema de deserção, quando o recurso aborda também o indeferimento da gratuidade, o que configuraria direito material.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 349-351.

É o relatório.

A apreciação da deserção é matéria de direito processual, não se prestando ao instrumento de uniformização veiculado.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONHECIMENTO DE RECURSO INOMINADO DESERTO. ANÁLISE DE QUESTÕES PROCESSUAIS. VEDAÇÃO LEGAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Hipótese em que a requerente interpôs recurso inominado sem preparo em face de sentença que não concedeu benefício da Assistência Judiciária Gratuita.

2. A questão em exame se refere ao conhecimento de recurso inominado que foi declarado deserto por Turma Recursal de Juizado Especial.

3. No caso dos autos, eventual pronunciamento de direito material teria caráter estritamente incidental. Embora a recorrente argumenta que a concessão prévia de assistência judiciária gratuita é de direito material, o objeto dos autos se refere à observação de requisitos de admissibilidade de recursos, cuja natureza é de direito processual.

4. O objeto do pedido de uniformização se restringe a questões de direito material.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no PUIL 196/RN, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018, DJe 28/8/2018)

Ante o exposto, não conheço do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

